

ENCONTROS COM O PRESENTE: SITUANDO O ACERVO PESSOAL DE EGLÊ MALHEIROS MIGUEL

Isadora Muniz Vieira¹

Resumo: Este trabalho busca analisar rastros de leitura nos livros que compõem o acervo pessoal de Eglê Malheiros Miguel, já catalogado, do Instituto de Investigação e Documentação em Ciências Humanas, em Florianópolis, Santa Catarina. O trabalho faz o repertório do acervo da intelectual catarinense e evidencia rastros de práticas de leitura presentes nos livros de História da biblioteca pessoal Eglê Malheiros, mais especificamente a partir de assinaturas e das dedicatórias registradas em suas páginas, usos que indicam uma história da leitura e da cultura escrita. O recorte temporal inicia em 1927, ano de registro de um rastro de leitura do pai de Eglê, Odílio Malheiros, até 2013, ano de doação do acervo pessoal de Eglê Malheiros e Salim Miguel para o IDCH. Eglê Malheiros é uma intelectual que realizou atividades culturais junto a um grupo diverso de pessoas, cuja presença na sociedade florianopolitana tem grande relevância. É possível considerar Eglê Malheiros como uma intelectual mediadora, a partir do conceito de Ângela de Castro Gomes (2016), visto que a poeta ocupou cargos em instituições culturais e participou de associações políticas, possuindo um lugar de distinção numa rede de sociabilidades, criando condições favoráveis aos projetos de mediação cultural. Trazer tais discussões ao presente, substantiva-se no fato de estarmos vivenciado o que o historiador francês François Hartog (2006) explica como sendo um regime de historicidade presentista. Nesse sentido, a elevada preocupação com a salvaguarda tem, no presente, o significado de uma tentativa de diminuir rupturas com o passado que a sensação de aceleração do tempo ocasiona. Nessa lógica, arquivos ganham contornos proeminentes e o ato de guardar significa a tentativa de fugir do esquecimento e pontua a particularidade que está baseada a existência de acervos, tal qual o acervo pessoal de Eglê Malheiros.

Palavras-Chave: Biblioteca Particular. Acervos Pessoais. História da Leitura. Eglê Malheiros.

Eglê da Costa Ávila Malheiros nasceu na cidade de Tubarão/SC em 1928. Aos quatro anos de idade, quando falece seu pai, muda-se para Florianópolis e na segunda metade da década de 1930, matricula-se na primeira série da Escola Alemã². No ano de 1939, então com 11 anos de idade, Eglê deu prosseguimento aos estudos no colégio Coração de Jesus³.

¹ Discente do Programa de Pós-Graduação em História – PPGH – UDESC. Bolsista CAPES/CNPq sob orientação da Profa. Maria Teresa Santos Cunha, Dra. E-mail: isadoramunizvieira@gmail.com

² Fundada em dois de dezembro de 1867, era situada na Rua Álvaro de Carvalho, no. 2, no Centro de Florianópolis.

³ Instituição de ensino católico tradicional, fundado em Florianópolis em 1898, pela Congregação das Irmãs da Divina Providência, objetivando instruir moças de classes privilegiadas.

Terminou o segundo grau em Porto Alegre no ano de 1943, momento em que suas redes de sociabilidade no ambiente intelectual e literário se estabelecem mais fortemente. Na capital gaúcha, com 15 anos, Eglê morou com o tio militante comunista e estudou no Colégio Americano⁴, considerado então como um excelente sistema educacional da época, pelo caráter progressista do ensino. Eglê Malheiros retornou a Santa Catarina após dois anos vivendo em Porto Alegre (RS), e em 1947 passa a fazer parte do corpo discente na Faculdade de Direito de Santa Catarina, graduando-se em 1951.

Durante a década de 1940, foi a única mulher a fazer parte do Grupo Sul, o Círculo de Arte Moderna, movimento artístico que não se propagou apenas através da literatura, mas se ampliou também no cinema e no teatro. Militante do Partido Comunista, escreveu e publicou suas poesias, artigos de crítica e textos em prosa na Revista Sul. *Manhã*, seu livro de 1952, é uma obra que compila poemas em que é possível notar os posicionamentos políticos e visões de mundo de Eglê Malheiros. Zimmermann (1996) pontua que a participação no Grupo Sul foi muito significativa para o desenvolvimento literário de Eglê, e que suas publicações na revista Sul possibilitaram a documentação de suas ideias artísticas.

Eglê Malheiros é uma intelectual que realizou atividades culturais em conjunto a um grupo diverso de pessoas, cuja presença e importância na cidade de Florianópolis têm importância considerável. Convém elucidar que o conceito de intelectual pode carregar um significado socioprofissional qualificada por uma atuação científica ou pela especialização que lhes concede “capital cultural” e “poder simbólico”, do ponto de vista do sociólogo Pierre Bourdieu, ou pela inclinação à assuntos políticos. São pessoas que atuam na produção de conhecimentos e na comunicação de ideias, que podem se relacionar à atuação político-social. É importante salientar, contudo, que o conceito de intelectual, tal qual todos os demais conceitos políticos e sociais, é polissêmico e fluido. (KOSELLECK, 2006)

Assim, é coerente tomar Eglê Malheiros como uma intelectual mediadora, a partir do conceito proposto por Ângela de Castro Gomes (2016). De acordo com a autora, o intelectual mediador da cultura está envolvido na produção de novos sentidos e significados quando se apropria de conhecimentos, ideias e saberes que lhe são precedentes. Uma vez feita a apropriação, o que o intelectual *mediou* tem como resultado um *outro produto* e, logo, um bem cultural distinto. Gomes (2016) afirma ser corriqueiro que um intelectual mediador tenha

⁴ A princípio, denominava-se Colégio Evangélico Misto no. 1. Era situado em um prédio alugado no centro de Porto Alegre.

cargos em instituições culturais e em associações políticas, ou que atue em lugares de prestígio dentro de uma rede de sociabilidades, de forma que possui condições favoráveis aos projetos de mediação cultural de repercussões políticas. É comum também entre as atividades dos intelectuais mediadores traduções, edições, coleções, escrita de prefácios, enfim, produtos culturais que se dirigem tanto a um público intelectualizado quanto um público leigo.

Gomes (2016) explica que os mediadores culturais são considerados articulados com seus pares e com a sociedade mais ampla, são sujeitos que se relacionam entre si e que estão em diálogo constante com as políticas e a sociedade de seu tempo. Eglê Malheiros, como intelectual mediadora, passou por um processo específico de formação e aprendizado, atuando em parceria com outros atores sociais e organizações, fossem intelectuais ou não, e teve intencionalidades e projetos que associavam o cultural e o político.

Fazia parte da vida profissional de Eglê Malheiros a ocupação de cargos importantes em instituições culturais, como lecionar História no Instituto Estadual de Educação, ter atuado na Fundação Nacional do Livro Infante-juvenil, e grupos políticos, como o Partido Comunista Brasileiro. Fez parte de uma rede de sociabilidades consolidada no interior do partido como no Grupo Sul, onde foi uma das figuras mais participativas na elaboração dos projetos de mediação cultural ao estabelecer elos com outros tantos intelectuais e artistas. Dessa forma, a catarinense esteve envolvida na produção cultural de bens simbólicos, identificados por comunidades “de pares como inovadores, constituindo um ‘pequeno grupo intelectual’, uma elite; como intelectuais mediadores, cuja atenção primordial se volta para as práticas culturais de difusão e transmissão.” (GOMES, 2016)

Após a década de 1970, com as propostas da *École des Annales*, da micro-história e, mais tarde, de uma nova história política, a pesquisa dos e nos acervos pessoais ganhou maior visibilidade e proporcionou aos historiadores e pesquisadores o trabalho com uma temática com novas fontes, objetos e autores. Os acervos pessoais ampliam discussões para a pesquisa científica, considerando que o ato de guardar itens e documentos se qualifica como uma produção de materiais compostos de caráter simbólico. As intencionalidades do produção e acúmulo de documentos são questões que permeiam as análises sobre acervos pessoais.

A doação do acervo do casal para o IDCH começa em 2012, com negociações entre Eglê Malheiros, Salim Miguel, diretor geral da FAED na época professor Emerson Campos, diretor de Extensão, Cultura e Comunidade professor Fábio Napoleão, e com bibliotecária atuante no IDCH Iraci Borszcz, com intermédio de Maria Graciana Espellet de Deus Vieira,

pessoa próxima à família Miguel. O acervo é oficialmente doado em 28 de novembro de 2013, com cerca de 10 mil peças, incluindo a biblioteca pessoal do casal, composta de livros, jornais, revistas fotografias, troféus e objetos que homenageiam o casal. Todos esses itens então se tornam disponíveis para consulta com a inauguração do Espaço Eglê Malheiros & Salim Miguel, nessa mesma data. Com a salvaguarda de todo esse material no Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas, o desenvolvimento de pesquisas, a produção de trabalhos acadêmicos e sua socialização e estruturação de conhecimento gerado na área de Ciências Humanas torna-se viável.

O historiador francês Philippe Artières (1998) explica que as pessoas arquivam suas próprias vidas o tempo todo através de ações sutis do cotidiano, arrumando, desarrumando, reclassificando, até construírem uma imagem, seja para si mesmas ou para outras pessoas. Contudo, é impossível arquivar nossas vidas de forma absoluta, de forma que “não guardamos todas as maçãs da nossa cesta pessoal” (ARTIÈRES, 1998), então manejamos a nossa existência a partir de omissões, rasuras, riscos e realce de determinadas partes.

Existe, portanto, uma intencionalidade de se autobiografar através do ato de guardar e arquivar os documentos que se acumulou durante a vida. Dessa forma, fazer anotações num diário, guardar papéis, tal qual escrever uma autobiografia, são ações que dizem respeito ao que Michel Foucault afirmava ser a preocupação com o eu e, como tal, “constituíam uma memória das coisas lidas, ouvidas ou pensadas” (FOUCAULT, 2000, p. 135). Portanto, arquivar a própria vida é, de forma metafórica, como se posicionar na frente de um espelho, contrapondo a imagem social e a imagem íntima de si próprio, sendo portanto caracterizada como um ato de construção de si e de resistência ao esquecimento.

Colocar essas questões nos debates do tempo presente justifica-se na experiência contemporânea explicada por François Hartog (2006) dos regimes de historicidade que elucidam relações com o tempo histórico estabelecidas pelos grupos humanos, de forma a relacionar o passado, o presente e futuro, sendo uma dessas três categorias sempre imperante sobre as demais. De acordo com o historiador francês, a partir da queda do muro de Berlim em 1989 a sociedade ocidental começou a experimentar um regime de historicidade presentista, ou seja, começa a vivenciar uma forma de lidar com o tempo em que o presente se sobressai frente ao passado e ao futuro. As invenções tecnológicas do século anterior deram aos grupos humanos a percepção de uma rápida passagem do tempo, e as catástrofes do mesmo século criaram projeções pessimistas para um tempo futuro e incerto. Por essa razão, a

sociedade ocidental, guiada por uma lógica consumista que busca prazeres imediatos, torna-se prisioneira num presente que parece ser eterno.

Diante deste cenário, a crescente atenção o ato de salvar – colocada neste trabalho como a guarda do acervo pessoal do casal - significa, no presente, o esforço de minimizar as consequências de rompimentos com o passado que a impressão de aceleração do tempo proporciona. O regime presentista causa uma busca obsessiva pela conservação de memórias, ocasionando desde o desejo meramente consumista pelo passado até a elevação de políticas públicas de preservação, como as patrimonializações. Nessas circunstâncias que arquivos e espaços de memória recebem formas mais notáveis. Para Hartog (2006), o ato de guardar representa a necessidade de fuga do desmemoramento e a particularidade que baseia os acervos e os lugares de memória.

Dentro de um regime de tempo presentista, Eglê Malheiros doou itens que fizeram parte de parcela considerável de sua vida. A ato de doar não é um mero desfazer de coisas que não possuem mais utilidade úteis no cotidiano, mas também uma forma de fabricar e manter uma imagem de si própria. Se esse não fosse o caso, os itens seriam encaminhados a outras pessoas ou lugares que não uma instituição de salvaguarda como o IDCH.

Os arquivos se diferem dos textos, de documentos impressos, de relatos, das correspondências, dos diários e das autobiografias pelo fato de sua materialidade ser mais complexa e por impor certos desafios aos pesquisadores. Farge (2009) afirma que o arquivo é “desmesurado, invasivo como as marés de equinócios, as avalanches ou inundações” ao explicar a forma como esses espaços se colocam diante de quem pretende utilizá-los em pesquisas. Para melhor lidar com essa avalanche, ou pelo menos atenuá-la, este trabalho limitou-se a analisar a biblioteca dos livros de História da intelectual catarinense.

Os bibliotecários e os arquivistas não se perdem no mar do arquivo e conseguem fazer referência a ele de forma numérica, contabilizando prateleiras tal qual a contagem de quilômetros de uma rodovia. É uma forma pragmática de domar a biblioteca para se possa usá-la da melhor forma possível. Farge (2009) se utiliza da metáfora do sistema métrico para falar do paradoxo que, mesmo que se organize logicamente, com letras e números, o acervo parece não acabar e ser e quase indocificável. “Seria possível ler uma estrada, ainda que ela fosse de papel?” (FARGE, 2009).

Figura 1- A estrada de papel no IDCH.



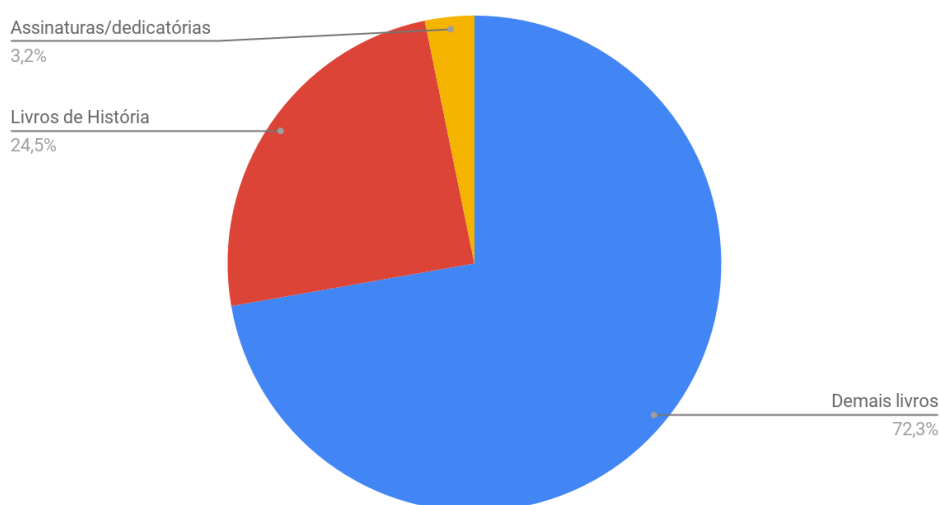
Battles (2003), tratando das características próprias das bibliotecas pessoais, afirma que elas trazem consigo a noção de uma suposta virtude que as coleções públicas e as bibliotecas universitárias tendem a diminuir. Darnton (2010), dissertando sobre a função contemporânea das bibliotecas, defende que não se deve concebê-las como meros depósitos de livros ou como museus que têm como função guardar e expor peças raras para quem as visita. De acordo com o historiador, “uma biblioteca é um centro de organização do conhecimento” (DARNTON, 2010). Tratando-se de proporções menores, é possível levar em conta também as bibliotecas pessoais como uma maneira que seu proprietário ou proprietária organizou seu investimento em conhecimentos pelo meio de suas leituras.

É importante salientar que, mesmo que possua um tom biográfico, esse trabalho não visa narrar uma história de vida. O principal objetivo é perceber nos livros de história de Eglê Malheiros os rastros de suas prováveis leituras, isto é, uma história de leituras dessa intelectual mediadora. Os acervos pessoais possibilitam criar uma narrativa histórica de apenas uma parcela da vida dos seus titulares. Deve-se pontuar que a historicidade dos documentos explorados nesse artigo se dá em função das intercessões as quais eles foram sujeitos no passar do tempo até a doação ao IDCH em 2013. Também é necessário pontuar

que o dito capital simbólico adquirido por Eglê Malheiros, em certa medida, proporcionou as condições favoráveis para que seus livros fossem salvaguardados e sua conservação fosse garantida pela disposição de um acervo pessoal que pode ser contatado pela comunidade leiga e acadêmica.

Seja qual for o projeto, tratar de arquivos requer operações de triagem e de seleção de documentos mais relevantes para a pesquisa. A questão é saber avaliar o que deve permanecer o que deve ser posto de lado. Foi o que tive de fazer neste trabalho. A partir da consulta da relação de livros de Eglê Malheiros organizados em tabela do Excel pelo IDCH, elegi os classificados como obras de história mundial/universal, do Brasil e de Santa Catarina. A tabela também aponta quais obras contém assinaturas, dedicatórias ou demais elementos que não compõem o livro originalmente. Lancei a esses livros um olhar mais atento. O resultado alcançado através do processo de seleção foi: do total de 959 livros pertencentes à biblioteca de Eglê Malheiros, desconsidere os 716 que não estavam catalogados como sendo de história, restando 243 obras. Destes, 32 estavam classificados na tabela como obras que contém assinaturas e/ou dedicatórias. Comecei então a busca por essas 32 obras nas estantes, mas não pude localizá-las em sua totalidade. Mesmo que os acervos no IDCH sejam muito bem organizados pelos bibliotecários e bolsistas, me deparei com divergências entre as informações fornecidas nas tabelas e o que se encontra efetivamente nas prateleiras, como os números de chamada e a indicação de dedicatórias.

Gráfico 1- Relação dos livros da biblioteca de Eglê Malheiros



É impossível quantificar precisamente o número de livros que Eglê Malheiros leu efetivamente, se leu alguns capítulos, trechos ou se fez leituras integrais, pois, de acordo com Battles (2003), não há como ler todos os livros adquiridos por uma biblioteca nas nossas breves vidas. A respeito dos leitores e leitoras, Abreu (2005) explica que eles são os principais personagens para a quem trabalha com história da leitura. Embora tão relevantes, são difíceis de se manifestarem e raramente se revelam. Certeau (1994) comparou a leitura a uma “operação de caça”, insinuando que o leitor, ao se colocar diante de um texto, age tal qual um caçador em frente a uma floresta, à procura de pistas e a traçar caminhos. Todavia, a autora propõe um novo uso da metáfora pensada por Certeau. Para ela, o leitor é na verdade a caça, atrás da qual todos os pesquisadores-caçadores, procuram. O leitor seria um animal que escapa, capaz de se camuflar e que nem sempre dá pistas pelo seu percurso.

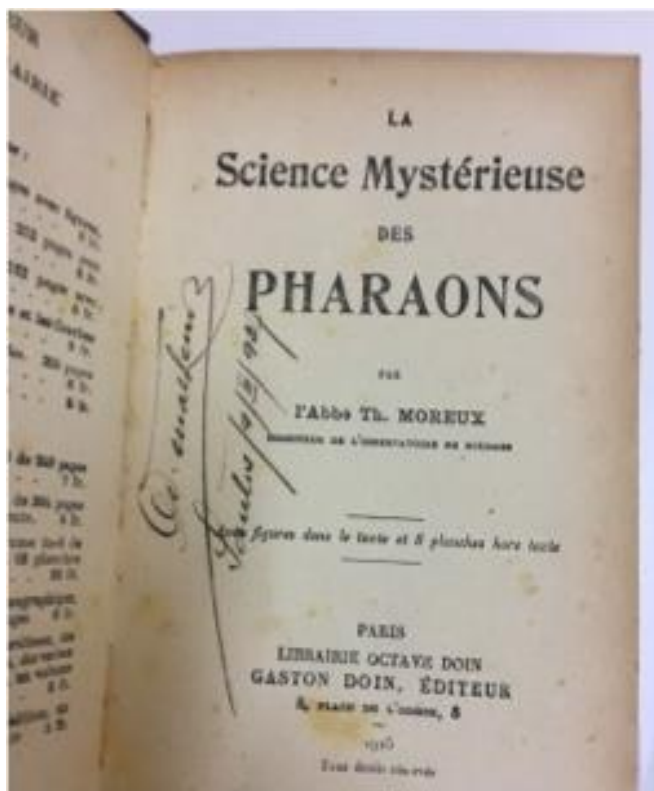
As fontes mais apropriadas para se estudar os hábitos de leitura, para Istán Monok (2012), são as ditas marcas de propriedade, tais como assinaturas de nomes, notas das margens das páginas, as marginálias e as anotações. De acordo o autor, partindo das marginálias pode-se pontuar os comentários do leitor e suas discussões dos conteúdos de seu livro. Se o leitor que escreve notas nas páginas dos seus livros é uma pessoa considerada intelectual, os pesquisadores, sejam historiadores do livro ou especialistas da história literária, conduzem seus estudos para as reflexões que envolvem a pessoa em questão.

Nesse sentido, Eglê Malheiros é uma caça difícil de ser encontrada: não faz anotações, não grifa palavras ou parágrafos inteiros, não dobra páginas, nem mesmo respinga café nas páginas. São raras as assinaturas de seu nome nas primeiras páginas dos livros. Dessa forma, a caça mais facilmente reconhecida são pessoas que lhe dedicaram livros e não a própria Eglê Malheiros. No início da pesquisa, percorri seus livros de história buscando encontrar todos os tipo de anotações, trechos sublinhados, comentários, palavras destacados, talvez até algum ponto de interrogação que sugerisse um possível pensamento confuso da leitora. Dessa forma, a intelectual se mostrou muito habilidosa em se esconder, de forma que a minha operação de caça, para usar a expressão cunhada por Certeau (1994), se deu de forma ainda ainda mais complexa do que de costume. Por essa razão, direcionei minha atenção para as dedicatórias, que se faziam mais presentes nas obras.

É importante salientar que ter livros que antes pertenciam a familiares, em especial os pais, frequentemente está relacionado a motivos afetivos e não primordialmente a questões intelectuais. Guardando uma obra que no passado esteve nas mãos e diante dos olhos de seu pai, sugere que Eglê Malheiros desejasse preservar aquele objeto, uma vez que o ato de guardar intenciona poupar, resguardar e dar vida a algo que com o passar do tempo seria esquecido ou destruído, tornando-se descartável (CUNHA; MIGNOT, 2006).

De acordo com Zimmermann (1996), o assassinato do pai de Eglê Malheiros, assassinado em Lages quando ela tinha somente quatro anos de idade, se configura como um fato marcante na sua vida. Odílio Cunha Malheiros ocupava o cargo de promotor na cidade de Tubarão e depois foi advogado em Lages, quando foi morto em decorrência de tensões políticas. Ele participou da Revolução de 1930 e se mobilizou exigindo o compromisso anunciado por Getúlio Vargas em convocar eleições para o Congresso para a elaboração de uma nova constituição, a Revolução Constitucionalista. Odílio Malheiros era dono de um jornal simpático à Aliança Liberal, que estava se mobilizando para o estabelecimento da Constituinte. Não era muito estimado como advogado pelas pessoas influentes da cidade, visto que com frequência se apoiava pessoas que se estabeleciam em terras desocupadas.

Figura 2 - Assinatura de Odílio Malheiros em 1927



O ato de dedicar o livro a alguém não é próprio da contemporaneidade, segundo Coradi (2007). Nos séculos XV e XVI na França eram feitas dedicatórias pelos autores aos seus patrocinadores, soberanos, com o intuito de se mostrar grato e requisitar novos auxílios financeiros e até mesmo uma posição de prestígio social. Essa relação não era vantajosa somente para os autores, mas também para os soberanos, que concebiam em tal ato uma troca e um jogo de interesses, onde ganhavam um reconhecimento de importância.

Por mais de quatro séculos, a dedicatória é composta por intencionalidades que ultrapassam o mero registro escrito. Configurada como uma prática ritualística, a dedicatória envolve uma reciprocidade entre quem dedica e o receptor, oriunda de hábitos intrínsecos às práticas culturais e aos códigos sociais, envolvendo a leitura e a escrita. Assim, para Coradi (2007), as dedicatórias podem ser tomadas como vestígios de determinadas práticas sociais, visto que elas podem dar sugestões a respeito dos pensamentos das pessoas e suas relações com o destinatário.

Considerada muitas vezes uma escrita ordinária, a dedicatória não é somente um rastro escrito e não é inferior a outros elementos que fazem parte da cultura escritas, já que os vestígios mais discretos podem trazer consigo informações fundamentais. Ginzburg (1989) dá valor os vestígios mais singelos ao ponderar que, no trabalho de historiador, deve-se estudar as miudezas muitas vezes são descartadas.

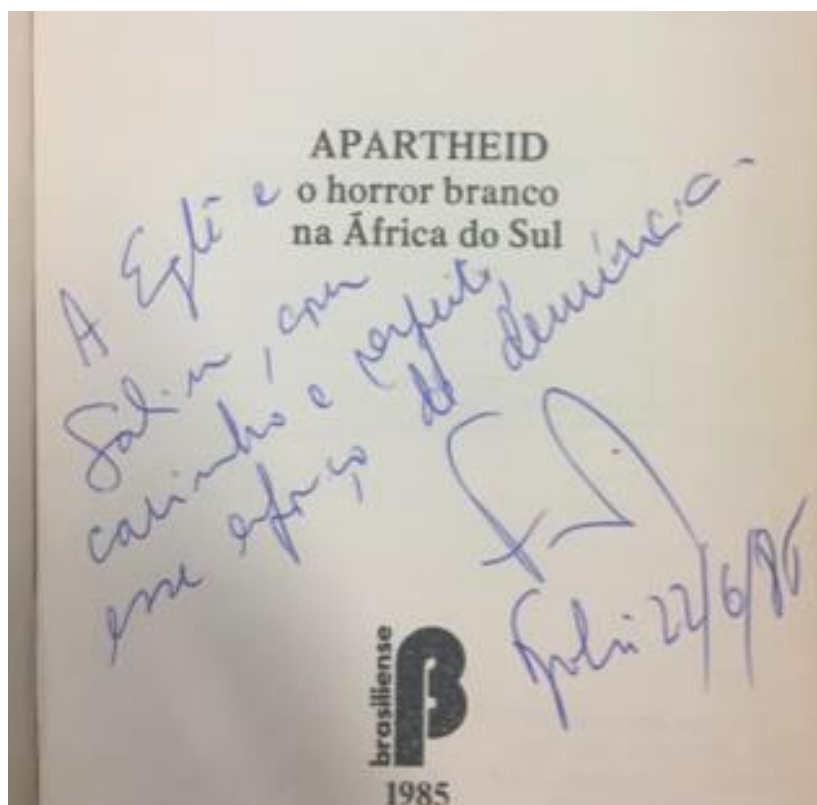
Figura 3 - Dedicatória de Maurício Vinhas de Queiroz



“Messianismo e conflito social” é um clássico de Maurício Vinhas de Queiroz. O professor Silvio Coelho dos Santos resenhou esta obra para a Revista do Instituto de Estudos Brasileiros em julho de 1968, afirmando que:

A obra de Mauricio Vinhas de Queiroz, lançada pela Editora Civilização Brasileira em comemoração do cinquentenário do término da guerra sertaneja do Contestado, é a terceira que, na década de 1960, focaliza os acontecimentos que enlutaram centenas de lares catarinenses e paranaenses. Antecedendo a Mauricio Vinhas, os professores Oswaldo Rodrigues Cabral da UFSC e Maria Isaura Pereira de Queiroz da USP tentaram uma interpretação dos fatos que se desenvolveram entre 1912 e 1916 nos sertões de Santa Catarina e Paraná, utilizando esquemas conceituais próprios às Ciências Sociais. Ampliando, completando e reformulando os trabalhos anteriores, esta obra é tanto mais oportuna porquanto a quase totalidade dos compêndios referentes à história de nosso país não aborda a chamada “Campanha do Contestado” – o que é uma lacuna lastimável, pois, no auge do conflito, 20.000 brasileiros estavam empenhados na luta, numa área de aproximadamente 28.000 quilômetros quadrados. (SANTOS, 1968, pág. 161)

Figura 4- Dedicatória de Francisco José Pereira

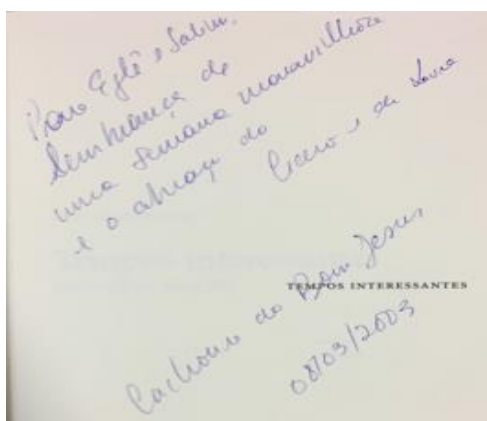


Francisco José Pereira foi um jornalista nascido em Florianópolis, diretor do periódico *Folha Catarinense*, que circulou no estado entre 1963 e 1964, quando a gráfica foi solapada com a instauração do regime militar. Fez parte da Executiva Estadual do PCB, sendo detido pelo Exército no dia do golpe e condenado por sua militância comunista. Viveu no exílio por 15 anos, retornando ao Brasil somente após a Lei de Anistia. Em 1996, fundou a Editora Garapuvu, onde editou muitos autores catarinenses. Tal qual Eglê Malheiros, Francisco José Pereira era envolvido com a política na juventude e dedicou-se a atividades culturais.

É importante salientar o que Coradi (2007) afirmou sobre as dedicatórias que insinuam relações de amizade. Elas supõem um hábito consolidado na cultura ocidental de presentear amigos, como uma forma de representar e de ritualizar um relacionamento de reciprocidade. Não significa, porém, que todas as dedicatórias de forma absoluta apresentem uma amizade forte e legítima, pois certas expressões como “nossa amizade”, “meu amigo” ou “meu caro amigo” sejam apenas gestos formais que fazem parte de um protocolo de civilidade.

Assim como os livros, as dedicatórias são compostas de histórias e aptas a análises. As palavras de carinho e as assinaturas de quem dedica o livro são capazes narrar uma parte considerável da vida de alguém. É importante pontuar, contudo, que Eglê Malheiros, por sua inserção num ambiente intelectualizado, ganhou e adquiriu muitas obras de diferentes pessoas, mas que estas por diversas razões não contém palavras escritas a punho, não se carimbaram nas páginas e não assinalaram essa solicitação sutil de leitura que as dedicatórias praticam.

Figura 5 - Dedicatória de Cícero e Laura Sandroni



Cícero Sandroni é um jornalista, escritor e membro da Academia Brasileira de Letras. Presidiu o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM), mas foi afastado após o golpe civil-militar. É esposo da também escritora Laura de Athayde Sandroni, e assumiu a presidência da Academia Brasileira de Letras no final de 2007. Tal qual Eglê Malheiros e Salim Miguel, são um casal envolvidos com a cultura e com a literatura, fazendo parte de uma rede de sociabilidades pautada no exercício intelectual.

Os livros de Eglê Malheiros salvaguardados no IDCH carregam em si a presença da leitora pelo meio de suas assinaturas e suas dedicatórias, que dão “pistas curiosas a respeito do universo cultural” (CUNHA, 2009) em que a intelectual catarinense estava inserida. As dedicatórias possibilitam criar narrativas de determinados momentos da vida da poeta, uma intelectual militante, cercada de muitos outros intelectuais, ligada a jornalistas, artistas, escritores de diferentes nacionalidades que compunham sua rede de sociabilidade.

Faz parte do ofício dos historiadores vincular os vestígios do passado, tal como os rastros de leitura de Eglê Malheiros, propor problemáticas e criar o objeto de pesquisa a partir de deduções adquiridas pelas reflexões metodológicas específicas de seu trabalho, cujos critérios devem atribuir uma “validade universal” (CHARTIER, 1987). Faz parte do trabalho que se pretende de história realizar a problematização das fontes, delimitar o campo historiográfico que visa se enquadrar e dar significados pertinentes aos documentos, cujas narrativas possíveis indicam para os elementos de um determinado tempo histórico a partir de gestos cotidianos com representações distintas.

Trabalhar numa instituição de salvaguarda oportuniza aos pesquisadores a abordagem dos documentos ali armazenados nas mais variadas maneiras, seja participando da organização e da preservação do conjunto documental, seja investigando nos os acervos para retirar deles sua empiria de pesquisa científica. Assim, instituições de salvaguarda de acervos como o IDCH são um espaço favorável para a produção de conhecimento nas diferentes áreas. Não é o objetivo desse trabalho finalizar uma discussão, mas adensar ainda mais as questões que dizem respeito à história da leitura e da cultura escrita. O foco para as dedicatórias nos livros de Eglê Malheiros é apenas um exemplo das diversas possibilidades de estudos da história do ato de ler.

Numa primeira impressão, tais escritas “ordinárias” parecem não ser muito úteis, mas é a partir da ação do historiador que é executável uma mirada nas sutilezas dos documentos. Os registros escritos nos livros de história de Eglê permitiram notar o habitual vivenciado por um grupo de intelectuais, com o auxílio das dedicatórias, suas representações e sentidos das práticas sociais em tempos históricos particulares.

A intelectual, ao juntar esses livros no decorrer da sua vida, se estabeleceu como agente histórica em função de seus vestígios registrados nas páginas das suas obras. Assim, a biblioteca particular de Eglê Malheiros se mostra como uma esforço pessoal de fabricar uma memória e uma lembrança em cada obra recebida, marcada e enfim guardada numa prateleira. (CUNHA; PHILIPPI, 2011).

Entrar nestes materiais também abriu chances para se pensar sobre o ato de doação de um acervo. Ainda que possa ser difícil admitir pode-se ponderar, também, que a doação de um acervo ou coleção a uma instituição pública denota tanto desejos e ímpetos de conservação dos materiais que a integram; como a publicização de um arquivo pessoal traz na constituição da imagem pública do seu doador. Doá-la pode ser uma forma de tornar possível que outros olhos leiam e outras mãos manuseiem tais materiais. Todavia, é importante salientar que o ato de doar implica uma continuidade, talvez uma vontade, ainda que remota e inconfessada, de eternidade e de tentativa de forjar uma glória para o futuro. Não há respostas prontas, mas a inevitável evidência de que os atos de leitura aqui colocadas pela pesquisa no acervo de Eglê Malheiros observam práticas de ler. Na qualidade de documento de uma época, possibilitam para o estudo da história do tempo presente inserindo-se no cerne de um aglomerado de representações que esta leitora particular deixa em forma de legado.

Finalizar este trabalho também abriu horizontes para trabalhos de pesquisa feitos no acervo do IDCH. Pouco explorado, o IDCH dá condições muito favoráveis, seja pela sua localização no centro da cidade, pelo sua equipe capacitada e principalmente, pelos acervos que abriga. Ter a chance de pesquisar na Instituição no decorrer da minha formação acadêmica me habilitou para o manejo de acervos com métodos próprios e me auxiliou no desenvolvimento das competências de problematizar as fontes, tendo sempre um olhar cético, e de produção de um trabalho cujo resultado é mais complexo do que os documentos primeiramente sugerem.

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia. Em busca do leitor: estudo dos registros de leitura dos censores. **Cultura Letrada no Brasil**. Campinas, SP: Mercado das letras/ALB/FAPESP, 2005.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Revista Estudos Históricos**. Dossiê Acervos Pessoais. FGV. v. 11, n. 2, 1998. p. 9-33.

BATTLES, Matthew. **A conturbada história das bibliotecas**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2003.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. FGV Editora, 2004.

CERTEAU, Michel de. Ler: uma operação de caça. **A invenção do cotidiano**, v. 1, p. 259-273, 1994.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, Lisboa: DIFEL; 1987.

CORADI, Joana Paula. **A dedicatória como expressão: um gesto das práticas de leituras**. 2007. 78 p. : Monografia (graduação) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Curso de Biblioteconomia, Florianópolis, 2007.

CUNHA, Maria Teresa Santos. **Uma biblioteca anotada. Caminhos do leitor no acervo de livros escolares no Museu da Escola Catarinense (Décadas de 20 a 60/século XX)**. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado/ UDESC, 2009.

_____. Rastros de leitura: um estudo no acervo de livros do Museu da Escola Catarinense (décadas de 20 a 60 do século XX). **Educação**. Porto Alegre, v.35, n. 1, p. 18-27, jan./ abr. 2012a.

_____. Maria Teresa Santos; MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. Razões para guardar: a escrita ordinária em arquivos de professores/ as. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 25, n. 11, p. 40-61, jan./abr. 2006.

_____. Maria Teresa Santos e PHILIPPI, Carolina Cechella. Uma biblioteca sem ordem. Figurações em torno do acervo de livros de um intelectual do século XX. In: RAMOS, Francisco Régis Lopes e SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo (Org). **Cultura e Memória. Os usos do passado na escrita da História**. Fortaleza: Núcleo de Documentação CulturalUFC/Instituto Frei Tito de Alencar, 2011.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**. Editora Companhia das Letras, 2010. DELMAS, A. C. G. **“Do mais fiel e humilde vassalo”**: as dedicatórias impressas para os monarcas D. João VI e Dona Carlota Joaquina no Brasil. XXIV Simpósio Nacional de História/UNISINOS (São Leopoldo/RS), 2007.



FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. Edusp, 2009.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**/ Carlos Ginzburg; tradução: Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia dos Santos. **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. **Papéis Guardados**. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2003.

MONOK, István. As bibliotecas privadas e a leitura na época moderna: uma visão geral dos rumos da pesquisa na Europa. In: **LIVRO: Revista do Núcleo de Estudo do Livro e da Edição**, nº 2, agosto de 2012.

SANTOS, Silvio Coelho dos. Mauricio Vinhas Queiroz - Messianismo e Conflito Social. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 4, p. 161-163, July 1968. ISSN 2316-901X. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/45698/72169>>. Acesso em: 20 June 2017.

ZIMMERMANN, Joseane. **Ao sul os desejos: a cidade transfigurada na poesia de Egle Malheiros**. 1996.